



MJ RECUSA-SE A NEGOCIAR A FEDERAÇÃO FOI RECEBIDA PELA DIRECÇÃO DO INMLCF, IP

A Federação reuniu, a seu pedido, no passado dia 14 de Março, com a Direcção do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP (INMLCF) em que estiveram o Presidente e a Vogal do Conselho Directivo que tem a responsabilidade dos recursos humanos.

A Federação solicitou esta reunião depois da Secretária de Estado Adjunta da Justiça (SEAJ) ter comunicado oralmente que a proposta para a revisão das carreiras especiais, apresentada pelo INMLCF, não tinha acolhimento político e, posteriormente, em resposta à solicitação de uma nova reunião, considerou "(...) não se mostrar oportuno na presente data dar início a um processo negocial para a revisão de carreiras, pelo que não se procederá ao agendamento da reunião".

Esta reunião teve como objetivo confrontar o Presidente com estas informações inaceitáveis e saber que medidas desenvolveu para a resolução dos vários problemas que afectam o bom funcionamento do INMLCF e que põem em causa os direitos dos trabalhadores, nomeadamente:

- **A revisão das carreiras especiais de medicina legal e abertura de concursos de promoção.**
- **A dotação dos mapas de pessoal e postos de trabalho efetivamente necessários para todas as carreiras e categoriais;**
- **As condições de trabalho.**

REVISÃO DAS CARREIRAS ESPECIAIS DA ÁREA DA MEDICINA LEGAL

A exigência da revisão destas carreiras já tem anos e o arrastar da não revisão agrava os problemas na contratação, para estas áreas funcionais da medicina legal, como comprovam os vários concursos abertos que ficaram desertos para a categoria de técnicos ajudantes e o desrespeito pelos direitos destes trabalhadores, nomeadamente ao descanso, à definição das suas obrigações funcionais e à progressão nas carreiras.

O Presidente confirmou que o INMLCF tinha apresentado, como foi incumbido de fazer, uma proposta de revisão das carreiras especiais ao Ministério da Justiça e que não teve resposta, mas considerando a urgência desta questão e o compromisso político para a sua resolução, espera que a Secretária de Estado Adjunta e da Justiça (SEAJ) responda e que esta negociação se concretize.

Ora, perante esta informação fica clara a opção política deste Governo e do Ministério da Justiça (MJ). A continuidade das políticas dos governos anteriores e a manutenção dos problemas com o recurso a formas ilegais - como a contratação de trabalhadores destas áreas a recibo verde para fingir que tudo está bem - posição que consideramos inaceitável porque tem custos

para a qualidade do serviço público e para os trabalhadores do INMLCF.

Abertura de concursos de Promoção para trabalhadores das carreiras especiais

Continuamos a exigir a revisão das carreiras especiais, mas, entretanto, os trabalhadores nelas integrados não podem continuar com a progressão congelada, pois a mesma tem de ser garantida nos termos do Orçamento de Estado de 2018. Neste sentido, reafirmámos a exigência de abertura de concursos de promoção.

O Presidente informou que já enviou para a SEAJ uma proposta de abertura de concursos de promoção para todas as carreiras especiais do INMLCF e que, das conversas que têm tido sobre o assunto, tudo indica que terá parecer favorável.

A DOTAÇÃO DOS MAPAS DE PESSOAL E DE POSTOS DE TRABALHO EFETIVAMENTE NECESSÁRIOS PARA TODAS AS CARREIRAS E CATEGORIAS

Denunciamos, há muito tempo, a falta de pessoal e exigindo a dotação dos mapas de pessoal com postos de trabalho efetivamente necessários, para garantir um bom funcionamento do INMLCF e o respeito pelos direitos dos trabalhadores, sem quaisquer resultados. Sobre esta questão, o

Presidente considerou que a situação não é igual em todas as delegações e que a identificação dos efetivos necessários está feita. Reafirmamos que é necessário passar das avaliações à dotação efectiva dos mapas de pessoal.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

A acção da Federação e dos trabalhadores do **INMLCF** sobre este assunto já surtiu alguns resultados positivos, nomeadamente nas delegações de Lisboa e Coimbra estando ainda, no entanto e depois de muitas promessas, por resolver a situação do edifício da delegação do Porto.

Quanto a Coimbra, o Presidente informou que iria ser iniciada brevemente a mudança faseada para as novas instalações.

Quanto à sede da delegação do Porto, o Presidente reconheceu que a situação é insustentável, posição que tem sido corroborada pela SEAJ e mostrou-se convencido que a aprovação do projeto arquitetónico e o início das obras deve estar para breve.

A Federação lembrou que este optimismo já tinha sido demonstrado no início da legislatura deste governo do PS, mas está tudo na mesma e reafirmou que esta questão tem de ter resolução urgente, porque os utentes e os trabalhadores não podem continuar por muito mais tempo nesta situação.

Os trabalhadores sabem qual é a realidade que se vive diariamente no INMLCF e que, embora reconhecendo as melhorias em alguns aspectos, ainda há muito para fazer pelo seu bom funcionamento, sabem que o Governo PS e MJ, conhecedores dos problemas, só não os resolvem ainda nesta legislatura, se não houver vontade para tal porque têm as condições políticas para fazer diferente.

VAMOS CONTINUAR A LUTAR PELAS NOSSAS JUSTAS REIVINDICAÇÕES!

Mantém-te informado!

 **SINDICALIZA** -Te **no STFPSCentro**
vai a www.stfpcentro.pt - ficha de sindicalização

Coimbra, Abril de 2019



Federação Nacional dos Sindicatos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais
